

ANTAGONISMO E HISTORIOGRAFIA: ANÁLISE DE ALGUNS ENFOQUES DA OBRA DE MOYSÉS VELLINHO

Luiz Henrique Torres*

RESUMO: Neste artigo, busca-se analisar os enfoques da luso-brasilidade e do antagonismo desenvolvidos por Moysés Vellinho em suas publicações voltadas a interpretação da formação histórica do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia – Rio Grande do Sul – Antagonismo

A persistência do paradigma tradicional

A afirmação, presente na tendência historiográfica luso-brasileira, de que a experiência missioneira a partir do século XVII e o povoamento humano que iniciou a mais de doze milênios A.P. (Antes do Presente), fazem parte da pré-história do Rio Grande do Sul, isto é, aquela porção temporal do processo histórico que antecede a ocupação luso-brasileira, persiste durante a década de 1960 até meados de 1970. Essas posições reducionistas frente a uma concepção de longa duração do processo histórico, com posições excludentes e análises historiográficas parciais, ainda canalizam enfoques fundamentados no antagonismo entre a formação luso-brasileira e espanhola-missioneira. A análise de historiadores e revistas especializadas em história ou temas afins, no período delimitado entre o início da década de 1960 – decênio que apresentou leituras teórico-metodológicas diferenciadas do tradicional – e o ano de 1975, quando ocorreu a institucionalização da prática historiográfica missioneira com a realização do *Simpósio Nacional de Estudos Missionários*, demarcam a persistência e também esgotamento de uma expressão historiográfica fundamentada no antagonismo. Esse enfoque, presente em Jorge Sallis Goulart em 1927, supera o período de desintegração do discurso em defesa do federalismo que destaca as peculiaridades regionais durante a República Velha, estendendo-se no período centralizador pós-1930 e Estado Novo. Apesar das polêmicas e enfrentamentos que envolve a intelectualidade, especialmente Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Manoelito de Ornelas e Mansueto Bernardi na década de 1950, a tendência historiográfica luso-brasileira persiste às novas abordagens e velhas resistências.

2. Antagonismo na obra de Vellinho

A análise de intelectuais rio-grandenses no período 1960-75 evidencia novas abordagens ligadas à formação do Rio Grande do Sul, tema esse que ocupou o centro dos debates desde a década de 1920 com ênfase na brasilidade do gaúcho. Uma leitura de autores que escreveram nesse período, permite caracterizar a persistência e os novos enfoques.

A historiografia do antagonismo, isto é, um discurso vinculador de representações ligadas ao contraste e antagonismo do Rio Grande do Sul em relação ao Prata e às Missões Jesuítico-Guarani, encontra em Moysés Vellinho não a sua fonte exclusiva de difusão, mas certamente o seu ponto culminante. A penetração de sua obra em nível regional foi considerável, além do autor ter sido o diretor da revista *Província de São Pedro* e ter participado das polêmicas da brasilidade de Sepé Tiaraju, publicou dois livros que persistem na celebração do exclusivismo luso-brasileiro. *Capitania d'El Rei*¹ é um livro voltado a afirmação do dogma da brasilidade dos gaúchos desde os primórdios da ocupação luso-brasileira na

* Professor de Historiografia Nacional e Regional do Depto. de Biblioteconomia e História da Fundação Universidade do Rio Grande. Doutor em História do Brasil/PUCRS.

¹ “O nome de Capitania d'El Rei foi dado ao atual estado, por nunca haver pertencido a donatários, conforme o sistema de colonização empreendido pela coroa portuguesa aos territórios do Brasil. Isto significa que o autor admite um pressuposto falso, construído, pois considera o território do Rio Grande do Sul como pertencente à coroa lusitana desde o início da colonização, traduz aquilo que o autor gostaria que tivesse se dado historicamente”. In: SANTOS, Maria Cristina dos. Jesuítas e índios na sociedade missioneira: uma análise crítica da historiografia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 13, n. 1, p. 80.

primeira metade do século XVIII. Posteriormente, publica *Fronteira*,

em que reafirma sua aversão a elementos histórico-culturais estranhos à formação lusitana.

Moysés Vellinho insiste que o rio-grandense sempre esteve voltado à formação histórica brasileira e lutou contra os interesses platinos. A história missioneira é simples castelhanismo que precisa ser combatida e desmistificada. A ação dos bandeirantes é enaltecida, enquanto a dos missionários da Companhia de Jesus é ironizada. Ao refletir na primeira pessoa, Vellinho afirma: “Não sei se dentro do relativismo da história a causa da civilização não deve mais as violências do bandeirismo que a vã tentativa jesuítica de segregar o gentio e convertê-lo aos altos padrões da vida espiritual. É que mais uma vez a providência terá escrito direito por linhas tortas.” (VELLINHO, 1960: 107).

Vellinho afirma que o trabalho dos jesuítas nas Missões teria como conseqüência a asfixia do colono europeu e a inviabilidade de sua aventura no Novo Mundo. Os planos temporais dos jesuítas espanhóis assumiam posições agressivas no intuito de erigir um “Império”, sendo a rígida experiência coletivista das Reduções fundada na servidão e seqüestro dos indígenas. O retorno dos padres em 1682 para fundarem os Sete Povos é considerado como uma resposta espanhola à fundação da Colônia do Sacramento.

O martírio de padres jesuítas, torna-se fator de ironia para Vellinho, promovendo um ataque a um dos elementos mais exaltados por autores jesuítas:

Os jesuítas das primeiras levas vinham pela catequese, ardentes de fé e de misticismo. Sua maior aspiração, seu sonho mais vivo, era a morte pelo martírio! Eis aí o supremo coroamento de uma existência votada ao senhor! Quantas vezes eles confessam em suas cartas a piedosa inveja que sentem dos irmãos de hábito que alcançaram a bem-aventurança de serem assados e devorados pelos índios! (VELLINHO, 1960: 109).

Os jesuítas estavam mais preocupados com o temporal do que com o espiritual e o fato das Missões terem lutado contra os lusitanos indica que esta experiência não pode "constituir num capítulo integrante da história rio-grandense". Desfeita essa orga-nização, uma nova civilização poderia nascer – a luso-brasileira –, por cima dos "destroços de uma construção utópica e anacrônica" (1960: 118). Os guaranis recebem um tratamento depreciativo, sendo apontados como os principais responsáveis pela falência da ação missionária, afinal “sobre tão precário alicerce humano não se constrói uma civilização”. (1960: 118) O indígena é abordado enquanto exemplificação do atraso civilizatório:

Os milênios de atraso que o nosso gentio acusava não poderiam ser remediados pelo batismo em massa nem a força dos sermões ou disciplinas corporais. Tais meios, segundo a piedosa concepção dos missionários, seriam suficientes para franquear de pronto os caminhos do céu, não porém os da civilização. Nas condições em que se processava, a catequese pode ter operado muitos milagres, inclusive a cura da antropofagia, mas no plano das realizações históricas não tinha outro resultado a oferecer senão aquele que Oliveira Martins prognosticou: um Brasil índio-cretino (VELLINHO, 1960: 103).

O “material humano” das Missões, é o “pior possível” sendo que sua sobrevivência dependia do fechamento com o mundo exterior. Não havia problemas desde que a *indiada* não respirasse a “aragem de fora”, afinal, os guaranis são continuamente comparados a animais selvagens, com referências aos viveiros indígenas ou a estupidez incurável destes (1960: 117). Até uma relação entre um animal que está preso e as dificuldades de procriação no cativeiro tornam-se fator de especulação, pois “afastado de seus hábitos imemorais, trocada a liberdade selvagem, sem consciência de si mesmo, por uma organização metódica e rigorosa do trabalho servil, único compatível com o seu ínfimo grau de cultura, o índio perdia aos poucos até mesmo a capacidade de procriar” (1960: 118).

A insistência em destacar a animalidade do guarani é reforçada com a dúvida sobre sua humanidade. Buscando legitimar a escravidão indígena, “compatível com seu ínfimo grau de cultura”, o autor insiste que na época em que os bandeirantes praticavam o apressamento, uma dúvida os perseguia: o índio era gente mesmo ou era bicho? (1960: 110). Esclarecendo seu posicionamento, propõe que a escravidão é uma “lei da vida”:

Os bandeirantes estavam apenas repetindo a história, em época e condições em que nenhuma raça agiria de outra forma. Não se conhecia até então, e o mesmo vale, em certa medida, até os tempos atuais, nenhum povo que não tivesse batido o seu império sobre a escravidão e o sacrifício dos vencidos. Preando índios e escravizando-os, aqueles bárbaros que viviam em guerras permanentes e se comendo uns aos outros, os colonos cumpriam uma lei da vida (1960: 110).

A “apatia e a preguiça imemorial dos guaranis”, exigia a constante aplicação de castigos corporais e de ameaças. Tudo em vão, pois o índio missioneiro não passou de uma “raça em lamentável” estado de decadência, onde nem mesmo o “vício nefando” da antropofagia foi possível erradicar dos “pobres bugres”. A mulher guarani, também é associada a um animal que “justificadamente” pode ser possuído pelo “padre” ou pelo colonizador (1960: 115-6).

O indígena no Rio Grande do Sul, segundo Vellinho, enquanto fator de integração histórica e cultural, em comparação com o Prata, foi de significação bastante medíocre, pois “o sangue indígena que se juntou ao daqueles pioneiros não foi suficiente para corromper-lhes a vocação de disciplina social firmada em sua ascendência luso-brasileira” (1964b: 43). Os índios desapareceram do mapa demográfico, já que os “viveiros de guaranis” sobreviventes não passam de uma população desbaratada. A formação étnica e moral do gaúcho rio-grandense ao contrário do gaúcho platino, sofre “felizmente” pouca influência indígena (1964b: 33-43). A integração nacional sempre superou o separatismo, sendo que as peculiaridades da formação do Rio Grande do Sul devem-se a situação de fronteira, num ponto crítico por excelência, que exigiu uma constante vigília em defesa da nacionalidade. (1957: 49)² Os índios missioneiros que viveram, lutaram e morreram do “outro lado da fronteira de então, a serviço de uma causa contrária a nossa” (1964a: 115) não fazem parte da *nossa* tradição histórica.

Contraopondo-se ao caudilhismo platino, afirma Moysés Vellinho, “o nacionalismo dos rio-grandenses” foi sempre claro e assumido, com uma posição consciente de integração ao Brasil. “Desde os primeiros dias tivemos esta consciência”:

Sabíamos, por preço que vivíamos pagando desde os nossos primeiros dias de vida, que éramos parte integrante de um vasto império político, braviamente cioso dos seus limites, e que esse império tinha uma cultura, uma língua e um destino próprios. Desde a fundação da capitania não fazíamos outra coisa senão velar por ele, no único ponto de suas demarcadas fronteiras disputado pelas armas de outro império. Nesta estremadura exposta a todos os perigos e agressões, representávamos as linhas avançadas do mundo luso-brasileiro, e aqui estávamos a resguardá-lo a peito descoberto. Brasileiros que acudiram de várias capitanias, reinóis, os casais de número das ilhas açorianas, os descendentes de um e outros, - gente da cidade, do gado e da lavoura -, os nossos maiores, enfim, nunca perderam de vista a missão que as circunstâncias lhes impuseram, e logo ficaram sabendo que aqui foram mandados para cumpri-la a custa de qualquer sacrifício. (1957: 61).

A integração nacional sempre superou o separatismo, sendo que as peculiaridades da formação rio-grandense devem-se a situação de fronteira com o universo platino, num ponto crítico por excelência que exigiu uma constante vigília em defesa da nacionalidade (1957: 49). Qualquer “insinuação maliciosa do nosso pretense castelhanismo” será rechaçada pois não se pode colocar em dúvida “a legitimidade das nossas raízes luso-brasileiras” (1957: 55). Os guaranis missioneiros, que viveram, lutaram e morreram do “outro lado da fronteira de então, a serviço de uma causa contrária a nossa” não fazem parte de “nossa” tradição (1964a: 116).

O autor expressa estranheza frente a trabalhos que ressaltem a relevância da pesquisa e incorporação do tema Missões à História do Rio Grande do Sul, como o de Carlos Teschauer:

² VELLINHO, Moysés. O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. *Fundamentos da cultura rio-grandense*, Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, v. 2, 1957, p. 49.

Não sabemos como interpretar o propósito que levou o venerável Pe. Carlos Teschauer a confundir o nascimento, vida e morte das Missões espanholas da margem esquerda do Rio Uruguai com os capítulos inaugurais da História do Rio Grande do Sul. O certo é que ali, naquela área até então estranha e hostil ao domínio luso-brasileiro, realizou-se uma experiência que se corporificou e tomou sentido contra os elementos ativos da formação Rio-grandense (1964a: 125).

Insistindo que o sangue indígena no Rio Grande do Sul, não comprometeu a “ascendência luso-brasileira” (1964a: 133), numa colocação ampla e generalizante, Moysés Vellinho justifica a conquista européia e o genocídio e etnocídio decorrentes:

Seria lícito perguntar se a descoberta da América, com suas violências e devastações, promessas e realidades, constitui mesmo um mal irremediável, já que a vasta empresa custou o desbarato quase total das raças autóctones? Como pretender que a história passasse a ignorar suas próprias leis, tantas vezes implacáveis, tudo para que o Novo Mundo se deixasse ficar bucolicamente à margem da civilização, como simples viveiro de bugres? O problema presta, sem dúvida, a intrincadas divagações éticas ou metafísicas, mas diante dos imperativos da evolução histórica é de um anacronismo constrangedor (1964a: 133).

Persiste no livro *Frenteira*, a inflexibilidade etnocêntrica pois os jesuítas são relacionados com “aliciadores a sombra da cruz” que depois de longa e dura experiência “não puderam fugir à acabrunhadora conclusão de que as sucessivas gerações de índios, pertenciam a uma raça irrecuperável em franca regressão histórica” (1975: 5). Esses índios ocupavam uma região desde muito cobiçada “mas sem dono efetivo, na qual viviam tribos sem história, que vieram dar aqui não se sabe quando nem de onde, movidas por migrações obscuras” (1975: 11). A esta população “sem história”, a única alternativa de sobrevivência do sangue indígena foi através do cruzamento com o branco pois, “isto repugnava aos obstinados filhos de Santo Inácio. Daí, entre outras causas, o malogro da portentosa utopia jesuítica” (1975: 5).

O livro *Frenteira* encerra um longo ciclo na produção intelectual de Moysés Vellinho, numa trajetória coerente e sistemática, em definir os atores e espaços possíveis das historicidades no período colonial, o qual, para Vellinho, foi o momento de construção de identidade para o presente. O preconceito racial e intolerância em pensar a diferença; a exclusão dos inimigos históricos, espanhóis e missionários, dos “verdadeiros rio-grandenses”; o abismo entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino; a ausência de história entre as populações indígenas; a narrativa literária de um conhecimento construído para legitimar determinados fins; marcaram um longo período da historiografia do Rio Grande do Sul e influenciaram grande parte dos intelectuais entre as décadas de 1940-1970. Incompatibilidade histórica com o Prata, teleologia luso-brasileira³ e etnocentrismo conduzem a narrativa de Vellinho.

No prefácio do livro *Frenteira*, Guilhermino Cesar ao elogiar Moysés Vellinho afirma:

“Nada mais exato. A História rio-grandense, como integrante da do Brasil, tem de ser feita a partir desse antagonismo, que remonta, aliás, ao Tratado de Tordesilhas. A expansão bandeirante, de que Santos Pedroso e Borges do Canto são os últimos felizes rebates, tem mesmo significação transcendente porque reativou a participação da frente num conflito de culturas; e, ante essa ofensiva, o platino (de origem castelhana ou guarani) não pôde impedir que os luso-brasileiros e seus descendentes ocupassem com o seu trabalho, a sua língua e a sua bandeira, o território situado entre o Rio Uruguai e o Atlântico, respeitado o enclave amigo que agora constitui a República Oriental do Uruguai. Por isso mesmo, lemos com renovado interesse, em

³ “Moysés Vellinho é o mais digno representante da matriz lusa da historiografia; o extremado nacionalismo que defendia permitiu-lhe rechaçar as idéias de opção histórica do Rio Grande do Sul em tornar-se brasileiro, defendida por alguns intelectuais sulinos, como, por exemplo, Manoelito de Ornellas e, inclusive, Othelo Rosa. Para Vellinho, eram as condições histórico-políticas que faziam do Rio Grande do Sul brasileiro, daí não ser uma opção, mas uma vocação histórica”. GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 77-78.

Capitania d'El-Rei, o paralelo sumamente esclarecedor em que Vellinho reúne, para defini-los, esses dois tipos contrastantes: o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino.⁴

A sobrevivência da historiografia tradicional e o discurso luso-brasileiro dominante, assinalam um ambiente avesso aos grandes debates sobre o sentido da produção do conhecimento. A supremacia do discurso da brasilidade com seu corpo fático e fundamentada interpretação teleológica, seu recurso a exaltação do passado gaúcho – heróico, democrático e lusitano –, assinalam a preocupação de integração ao universo brasileiro. O processo histórico e as contradições sociais são diluídos num emaranhado de acontecimentos e personalidades fundadoras da nacionalidade. A história limitada aos eventos políticos e a lapidação dos personagens, ainda é o encaminhamento preferencial na análise da formação histórica sul-riograndense até 1975. Porém, nos enfrentamentos com a tendência platina os limites da explicação unilateral lusitana indicam seus limites e parcialidade explicativa, frente a um processo histórico com uma dilatação temporal (mais de 12.000 anos de ocupação humana) e espacial (colonizadores de Portugal, África, Brasil, Prata, Alemanha, Itália, Espanha e vários outros países) que os limites fixados pela tendência lusitana (com a história oficialmente iniciando em 1737) não consegue equacionar numa formação histórica multi-causal e não privilegiadora de alguns personagens em detrimento de outros. A postura sistematicamente excludente de outras etnias, o recurso à inferioridade e superioridade racial, e a teleologia ligada à consciência em fazer parte de projeto de edificação nacionalista acaba por limitar a compreensão de uma história mais complexa que não se resume a predestinação de alguns eleitos. Quando Moysés Vellinho afirma que a origem étnica da população indígena no Rio Grande do Sul “mergulha em espessa escuridão, uma escuridão onde talvez nunca entrará qualquer raio de luz”, (1975: 5) fica definido o desinteresse pela historicidade anterior ao século XVIII, remetendo a pré-história a condição de uma insondável “escuridão”.⁵ Recentemente, duas publicações com textos voltados a diferentes áreas de interesse, demonstram a diversificação cultural advinda da formação étnica rio-grandense que escapa das fórmulas prontas e dos grupos eleitos como referencial de moralidade.⁶

Os enfoques discriminando a história missioneira da história rio-grandense, com polêmicas sobre a edificação de monumentos e o uso do nome de personagens definidos como inimigos do universo lusitano, expressam uma visão preconceituosa, muitas vezes racista e a necessidade doutrinária de definir os limites investigativos e cercear outras explicações históricas. A ênfase na lusitanidade e brasilidade acaba sendo a fonte promotora de concepções reducionistas que recorrem a uma idéia estática de nacionalidade e um pressuposto teleológico no qual a natureza física e as ações psicossociais estão a priori voltadas ao desenrolar de determinado acontecer histórico, numa realização do sobrenatural. Expressa-se nestes debates, um nível discursivo que evoca o nacional mas que não supera discussões fragmentadas onde reflexões mais amplas do sentido do conhecimento histórico, através de um debate teórico-metodológico, não encontram espaço. A história é uma tribuna de comprovação de teses pré-concebidas e defesas apaixonadas, onde resgatasse o vínculo com os antepassados como em Jorge Sallis Goulart e João Borges Fortes.

Ieda Gutfreind conclui que a exclusão de historicidades ligadas a outros grupos étnicos e experiência históricas, centrando na concepção lusitana “foi desmistificada pelo próprio processo histórico, naturalmente fluindo e construindo a história sul-riograndense”. Os representantes dessa interpretação

excluíram o período missioneiro da história gaúcha, no entanto, um monumento a Sepé foi erigido na área missioneira, nomes de padres jesuítas foram dados a escolas e outras instituições, não se restringindo apenas nesta área, peregrinações religiosas

⁴ Guilhermino Cesar, referendando a postura antagônica afirma a respeito da obra de Vellinho; Prefácio In: VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975, p. xiv.

⁵ Os estudos arqueológicos desenvolvem-se no Rio Grande do Sul desde a segunda metade da década de 1960. Um trabalho coletivo, mostra os avanços deste campo do conhecimento e a possibilidade de diálogo com as historicidades que Vellinho associa com uma “espessa escuridão”: KERN, Arno Alvarez.(Org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

⁶ Os textos são diversificados na forma de expressão e nos objetos de análise, mas evidenciam a complexidade histórico-cultural rio-grandense que não se enquadra em fórmulas reducionistas. GONZAGA, Sérgio & FISCHER, Luís Augusto (Coords.) *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992. Em 1994, foi publicado pelos mesmos coordenadores e editora o livro *Nós, os gaúchos 2*.

ainda são feitas a Caaró, nas Missões, onde padres jesuítas foram massacrados pelos indígenas. Finalmente, em 1987, comemoram-se os trezentos anos das Missões Jesuíticas. Intensa propaganda pelo evento foi veiculada nacional e estadualmente, significando que, mais eficaz que a história escrita, foi a própria história que acabou por esboroar o discurso lusitano (GUTFREIND, 1992: 192-3).

Uma concepção de história ligada à reconstituição dos fatos isolados, dos exemplos individuais voltados à atuação nacionalista e patriótica, dos fatos irrepetíveis e singulares direcionados à realização de uma visão definida do acontecer histórico, persiste dominante na historiografia rio-grandense. Uma abertura preferencial aos aspectos coletivos, sociais e cíclicos, os enfoques ligados a história econômica e demográfica, mentalidades coletivas e estruturas, estavam à margem do paradigma historiográfico tradicional que, frente a emergência de novas metodologias e concepções de história, promoveu a crise das explicações unicasais do passado histórico, fundadas no tempo linear e no progresso irrestrito, inerente a tendência luso-brasileira.

A análise de historiadores e revistas especializadas em história ou temas afins, no período delimitado entre o início da década de 1960 – decênio que apresentou leituras teórico-metodológicas diferenciadas do tradicional – e o ano de 1975, quando ocorreu a institucionalização da prática historiográfica missioneira com a realização do *Simpósio Nacional de Estudos Missionários*, demarcam a persistência e também esgotamento de uma expressão historiográfica fundamentada no antagonismo. A produção historiográfica sul-rio-grandense ligada à discussão teórico-metodológica e voltada ao estabelecimento de modelos estruturalistas de análise é recente.

Ao analisar a historiografia, constata-se a dificuldade em considerar as Missões como parte integrante da formação histórica do Rio Grande do Sul. O caráter espanhol-platino da experiência histórica missioneira motivou a resistência frente ao tema, devido à recorrente discussão sobre a integração /autonomia do estado com o restante do Brasil. A complexa integração no plano político, econômico e cultural, motivou posições intelectuais diferenciadas ao longo do tempo, mas que no pós-1920 expressou-se no destaque ao antagonismo luso-brasileiro e espanhol-missioneiro como em Jorge Sallis Goulart. A influência dos educadores foi fundamental para a sobrevivência dos debates como constata-se em Luiz Gonzaga Jaeger (S.J.), Arnaldo Bruxel (S.J.), Arthur Rabuske (S.J.) e Mansueto Bernardi. A análise de intelectuais rio-grandenses no período 1960-75 evidencia novas abordagens ligadas à formação do Rio Grande do Sul, tema esse que ocupou o centro dos debates desde a década de 1920 com ênfase na brasilidade do gaúcho. Uma leitura de autores que escreveram nesse período, permite caracterizar a persistência e os novos enfoques. Na tendência historiográfica luso-brasileira, o recurso ao antagonismo do Rio Grande do Sul em relação ao Prata e às Missões Jesuítico-Guaranis, encontra em Moysés Vellinho não a sua fonte exclusiva de difusão, mas certamente o seu ponto culminante. Vellinho reproduziu afirmações feitas por Jorge Sallis Goulart, Clemenciano Barnasque, João Borges Fortes e outros autores para fundamentar sua visão lusitana e anti-missioneira. Segundo ele, os jesuítas estavam mais preocupados com o temporal do que com o espiritual e o fato das Missões terem lutado contra os lusitanos indica que esta experiência não pode "constituir num capítulo integrante da história rio-grandense". Desfeita essa organização, uma nova civilização poderia nascer - a luso-brasileira -, por cima dos "destroços de uma construção utópica e anacrônica". Os guaranis recebem um tratamento depreciativo, sendo apontados como os principais responsáveis pela falência da ação missionária, afinal "sobre tão precário alicerce humano não se constrói uma civilização. Os índios missionários que viveram, lutaram e morreram do "outro lado da fronteira de então, a serviço de uma causa contrária a nossa" não fazem parte da "nossa" tradição histórica.

Constata-se que o paradigma historiográfico tradicional persistiu na historiografia rio-grandense no período 1960-75. A tendência historiográfica luso-brasileira canalizou a argumentação sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul, insistindo na exclusão do processo histórico missioneiro e remetendo-o aos interesses de orientação espanhola. A ausência de um discurso sistemático e amplo, explicitando sentidos possíveis para a prática historiográfica missioneira, contribuiu para a supremacia dos enfoques de Moysés Vellinho e

Guilhermino Cesar. Ou seja, a falta de uma postura de construção de um discurso missionário inserido na história do Rio Grande do Sul e um ataque, fundamentado na ciência histórica, das representações presentes na tendência luso-brasileira, possibilitaram a sobrevivência daquela interpretação. A tímida penetração dos trabalhos de fundamentação histórico-estrutural até meados dos anos 1970, indica que os debates estavam presos à história conjuntural e uma racionalização mais ampla – que superasse o destaque à brasilidade ou ao enaltecimento de aspectos missionários – encontrava limites epistemológicos na comunidade intelectual ainda voltada à edificação de uma identidade nacional/regional sintetizada nas inúmeras interpretações do “ser gaúcho”. Os temas regionais persistem os preferidos dos autores e não um debate de questões metodológicas ou novas tendências historiográficas.

A diversificação de temas, objetos e a inserção de novos paradigmas epistemológicos processou-se na segunda metade da década de 1970 motivado especialmente pelas pesquisas desenvolvidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Graduação da Universidade Federal do Rio Grande Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A história do Rio Grande do Sul começou a sofrer releituras dos diferentes temas, enquanto os primórdios da formação histórica, os artigos sobre o período colonial, decrescem em intensidade. O interesse pelo desenvolvimento do capitalismo e do surgimento de classes sociais, novos enfoques em história política e econômica, estudos voltados ao período imperial e especialmente à República Velha, passaram a canalizar muitas pesquisas fugindo a polarização lusitanos x Missões no contexto de formação colonial do Rio Grande do Sul. A sobrevivência da historiografia tradicional e o discurso luso-brasileiro dominante, assinalam um ambiente avesso aos grandes debates sobre o sentido da produção do conhecimento. A supremacia do discurso da brasilidade com seu corpo fático e fundamentada interpretação teleológica, seu recurso a exaltação do passado gaúcho – heróico, democrático e lusitano –, assinalam a preocupação de integração ao universo brasileiro. O processo histórico e as contradições sociais são diluídos num emaranhado de acontecimentos e personalidades fundadoras da nacionalidade. A história limitada aos eventos políticos e a lapidação dos personagens, ainda é o encaminhamento preferencial na análise da formação histórica sul-rio-grandense até 1975. Porém, nos enfrentamentos com a tendência platina a explicação unilateral lusitana indica seus limites e parcialidade explicativa, frente a um processo histórico com uma dilatação temporal (mais de 12.000 anos de ocupação humana) e espacial (colonizadores de Portugal, África, Brasil, Prata, Alemanha, Itália, Espanha e vários outros países) que os limites fixados pela tendência lusitana (com a história oficialmente iniciando em 1737) não consegue equacionar numa formação histórica multi-causal e não privilegiadora de alguns personagens em detrimento de outros. A postura sistematicamente excludente de outras etnias, o recurso à inferioridade e superioridade racial, e a teleologia ligada à consciência em fazer parte de projeto de edificação nacionalista acaba por limitar a compreensão de uma história mais complexa que não se resume a predestinação de alguns personagens ou etnias.

Os enfoques discriminando a história missionária da história rio-grandense, com polêmicas sobre a edificação de monumentos e o uso do nome de personagens definidos como inimigos do universo lusitano, expressam uma visão preconceituosa, muitas vezes racista e a necessidade doutrinária de definir os limites investigativos e cercear outras explicações históricas. A ênfase na lusitanidade e brasilidade acaba sendo a fonte promotora de concepções reducionistas que recorrem a uma idéia estática de nacionalidade e um pressuposto teleológico no qual a natureza física e as ações psicossociais estão voltadas ao desenrolar de determinado acontecer histórico, numa realização do sobrenatural. Até a década de 1970, concepções de história ligadas à reconstituição dos fatos isolados, dos exemplos individuais voltados à atuação nacionalista e patriótica, dos fatos irrepetíveis e singulares direcionados à realização de uma visão definida do acontecer histórico, persistem dominantes na historiografia rio-grandense. Uma abertura preferencial aos aspectos coletivos, sociais e cíclicos, os enfoques ligados a história econômica e demográfica, mentalidades coletivas e estruturas, estavam à margem do paradigma historiográfico tradicional que, frente a emergência de novas metodologias e concepções de história, promoveu a crise das explicações unicasais do passado histórico, fundadas no tempo linear e no progresso irrestrito, inerente a tendência luso-brasileira.

Ao longo da pesquisa constatou-se da carência de estudos voltados a uma análise da fundamentação epistemológica da historiografia rio-grandense, um campo que exige uma reflexão sistemática dos pesquisadores. Várias questões interrelacionadas com a problemática

do lugar das Missões na historiografia do Rio Grande do Sul, surgiram e foram abordadas com brevidade exigindo novos estudos ligados aos campos da Antropologia, Sociologia e Teoria do Conhecimento. Como exemplo estão problemas relacionados a concepção de nacionalismo em nível da teoria da história; a interpretação do positivismo e da escola metódica entre os intelectuais rio-grandenses; os conceitos de raça e de inferioridade cultural no pensamento europeu e sua adaptação à formação histórica rio-grandense; as novas abordagens e interpretações da história Rio-grandense e missioneira a partir dos novos objetos e abordagens encaminhados na produção historiográfica posterior a 1975.

Referências bibliográficas

- GONZAGA, Sérgio & FISCHER, Luís Augusto (Coords.) *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- SANTOS, Maria Cristina dos. Jesuítas e índios na sociedade missioneira: uma análise crítica da historiografia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 13, n. 1.
- KERN, Arno Alvarez.(Org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- VELLINHO, Moysés. (apresentação). *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Globo, n. 13, mar. 1949.
- VELLINHO, Moysés. O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, v. 2, 1957.
- VELLINHO, Moysés. Os jesuítas no Rio Grande do Sul In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, v. 4, 1960.
- VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El Rei*: aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Globo, 1964a.
- VELLINHO, Moysés. Formação histórica do gaúcho rio-grandense. In: *RS: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964b.
- VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975.

ABSTRACT: The historiographic conceptions developed by Moysés Vellinho in his works related to the history of Rio Grande do Sul are discussed in this article.

KEY-WORDS: Historiography – Rio Grande do Sul – Antagonism